

JOÃO PAULO FERNANDES SOARES

**Lazer, Trabalho e Rituais de Passagem na Infância.**

**BELO HORIZONTE  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
2011**

JOÃO PAULO FERNANDES SOARES

**Lazer, Trabalho e Rituais de Passagem na Infância.**

BELO HORIZONTE  
Universidade Federal de Minas Gerais  
2011

JOÃO PAULO FERNANDES SOARES

**Lazer, Trabalho e Rituais de Passagem na Infância.**

Trabalho integrado apresentado ao  
Curso de Especialização em Lazer – Programa de  
Pós-Graduação *Lato Sensu* da  
Universidade Federal de Minas Gerais, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Especialista em Lazer.

Orientador: Professor. Ms. Eraldo Teixeira da Silva

Belo Horizonte, MG  
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional  
2011

S6761 Soares, João Paulo Fernandes  
2011 Lazer, Trabalho e Rituais de Passagem na Infância. [manuscrito] / João Paulo Fernandes Soares – 2011.  
53 f., enc.

Orientador: Eraldo Teixeira da Silva

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.  
Bibliografia: f. 46-49

1. Menores - Emprego. 2. Lazer – Aspectos sociais. 3. Lazer – Aspectos psicológicos. 4. Direitos das Crianças. I. Silva, Eraldo Teixeira da. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA  
OCUPACIONAL  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CENTRO DE ESTUDOS DE LAZER E RECREAÇÃO – CELAR  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LAZER

### TRABALHO INTEGRADO

Título: Lazer, Trabalho e Rituais de Passagem na Infância

Aluno(a): João Paulo Fernandes Soares

Número de Matrícula:

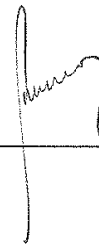
Professor Orientador: Ms. Eraldo Teixeira da Silva

Classificação: Aprovado

Nota: 92

Data da aprovação: 13 / 07 / 2011

Professor Ms. Eraldo Teixeira da Silva



À  
Biblioteca Universitária da UFMG  
Coleção Memórias

*Dedico este trabalho aos meus familiares e amigos,  
pelo incentivo e atenção dedicados em minha trajetória  
profissional e pessoal.*

*Agradeço a Faculdade Governador Ozanam Coelho, na figura do amigo Eraldo, pela confiança e paciência dispensados durante os momentos de minha qualificação acadêmica em nível de Pós-graduação.*

*Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Lazer, pelo compartilhamento de conhecimentos e pela atenção dispensados, e à Cinira, pelo seu exemplo de dedicação, profissionalismo e carinho dedicados aos alunos.*

## Sumário

<b>1. Introdução:</b> .....	<b>10</b>
<b>2. Revisão Bibliográfica:</b> .....	<b>18</b>
2.1 – Uma breve abordagem sobre o conceito de Cultura .....	18
1.2. Lazer, que “bicho” é esse?.....	19
1.3. Surge o “monstro” de ferro... ..	23
<b>3. Resultados e discussões:</b> .....	<b>34</b>
3.1. Trabalho Infantil como um Ritual de Passagem .....	34
3.2. Indicadores socioeconômicos .....	34
3.3. Mulheres ao trabalho.....	35
3.4. Família e renda, contas que nunca fecham.....	36
3.5. Família e Escola: espaços relacionados .....	38
3.6. Crianças, ao trabalho .....	39
3.7. Trabalho, lúdico e Ritual de passagem: .....	43
<b>4. Considerações finais:</b> .....	<b>49</b>
4.1. O inacabado é que nos fascina... ..	49
<b>5. Referências Bibliográficas:</b> .....	<b>52</b>



## **Resumo**

O presente trabalho configura-se em um desdobramento de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa, que buscou interpretar as relações culturais traçadas entre os tempos de trabalho e de lazer das crianças trabalhadoras de Viçosa, bem como as representações significativas atribuídas por estes sujeitos aos tempos singulares. Para isso, foi realizada revisão de literatura focando-se nos textos em Sociologia, Antropologia e nos estudos do Lazer relacionados à infância; além da pesquisa de campo, de caráter etnográfico, com a duração de quatro meses, em que se buscou acompanhar o cotidiano desses sujeitos em seus momentos de trabalho nas dependências do Campus da Universidade Federal de Viçosa. A partir da análise das entrevistas e das observações, foi possível perceber que tais sujeitos vivenciam os momentos do trabalho de forma diferenciada, adaptada e ressignificada e, concomitantemente, como um ritual de passagem para a idade adulta, o que dependerá em grande parte a produção e reprodução do grupo social ao qual os mesmos estão inseridos. Este, além de constituir momento em que os mesmos buscam recursos que possa auxiliar na renda de suas famílias, se apresenta como tempo de brincadeiras e vivências lúdicas diversas. Essas práticas corporais foram marcantes nos relatos de todos os entrevistados, demonstrando como o entrelaçamento dos tempos de lazer e trabalho explicita uma forma significativa e subversiva de negociação culturalmente contextualizada com a realidade.

Palavras-chave: Trabalho Infantil, Lazer, Lúdico

## **Abstract**

This paper is an unfolding of a larger research project developed at the Department of Physical Education, Federal University of Viçosa, which tried to interpret the cultural relations drawn between working time and leisure of working children in Viçosa and the meaningful representations given by these individuals subject to singular times. For this purpose, we performed a literature review focusing on texts in Sociology, Anthropology and studies related to childhood leisure, as well as the field research, of ethnographic character, with the duration of four months, which sought to monitor the daily activities of these individuals in their work time in the facilities of Federal University of Viçosa. The analysis of interviews and observations revealed that subjects experience such moments of work in different, adapted and re-signified ways and, concomitantly, as a rite of passage to adulthood, which largely depend on the production and reproduction of the social group in which they are inserted. It was found that while they seek resources in order to increase the income of their families, they also experience recreational and playful experiences. These practices were significant in the responses of all respondents, which shows how the entanglement of leisure time and work explicit a meaningful and subversive negotiation which is culturally contextualized with reality.

Keywords: Child Labor, Leisure, Playful



## 1. Introdução:

O intenso processo de empobrecimento ao qual as populações dos países “em desenvolvimento” vêm sendo expostas, através da história, relaciona-se paulatinamente às modificações e reorganizações sofridas pelo sistema capitalista no decorrer desse trajeto. O desemprego estrutural bate recordes, juntamente com a desvalorização salarial, precarizando significativamente a distribuição de renda no país.

Nesse contexto, o Brasil assume papel de destaque pela imensa lacuna existente entre as camadas mais abastadas e as mais pobres. A imensa porção da população brasileira fica assim, alijada em suas necessidades mais vitais<sup>1</sup>.

A proporção dos trabalhadores temporários cresce em relação à população dos permanentes. A flexibilização trabalhista acarreta a perda das “vantagens” que poderiam compensar os salários baixos, como o emprego duradouro, as garantias de saúde e aposentadoria. Isso afeta de forma direta as famílias, na figura dos pais, que muitas vezes se vêm obrigados a enviar seus filhos muito cedo para o mercado de trabalho, em que os mesmos são inseridos de forma marginal e instável, constituindo-se em mão-de-obra barata.

No entanto, quando abordamos o trabalho infantil, outros pontos devem ser avaliados; principalmente quanto se tenta captar os significados históricos sociais desse problema social. Anacronismos a parte, deve-se ressaltar a intensificação da utilização desta mão-de-obra a partir da Revolução Industrial, como nos recorda Marx (1989, p. 23).

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria.

Tal problema social foi sendo intensificado, acompanhando os encaminhamentos e conformações assumidas pelo modo de produção capitalista. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostras de

---

<sup>1</sup> Mais acerca deste processo ver Antunes (1995) e (2004).

Domicílios – PNAD, 11,5% dos indivíduos de 10 a 14 anos encontram-se ativamente inseridas no mercado de trabalho. Quando se amplia a faixa etária até os 17 anos, a porcentagem relativa eleva-se para 39,4 % de ocupação (IBGE, 2004). Esses indivíduos são, em sua maioria, mal remunerados, com próximos de meio salário mínimo.

São formas de trabalho ilegais e em muitos casos insalubres, chegando a casos extremos de semiescravidão como jornadas de trabalho diárias de até 12 horas, como nos relata Silva (2000)<sup>2</sup>. Ainda segundo o autor, dados da Organização Internacional do Trabalho, estimam que 250 milhões de crianças no mundo e 7,5 milhões no Brasil estejam realizando as tarefas mais humilhantes, forçadas e insalubres. São crianças sujeitas ao abandono e obrigadas a ocupar os postos de trabalho de 30% da população ativa do mundo.

Aprovado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou vinte e um anos no mês de julho de 2011. Tal documento contempla uma das políticas mais “avançadas” no resguardo dos brasileiros de 0 a 18 anos, no entanto, a lacuna existente entre o discurso e as ações efetivas é gritante. O que se nota é uma intensa concentração de esforços<sup>3</sup> em eliminar e ou amenizar os efeitos do trabalho infantil no âmbito escolar, especificamente no desempenho dos alunos nas disciplinas. Apesar de esta intenção ser de suma importância, conformações assumidas por tais ações levam a crer em uma concepção distorcida da ação do Estado em comunidades empobrecidas. Isto pode ser notado a partir do caráter paternalista, assistencialista e, muitas vezes, eleitoreiro de tais políticas públicas. Seriam necessárias práticas que contemplassem as mais variadas vertentes e esferas da vida destas crianças, de forma efetiva bem como garantam, além do direito à escola, o direito ao lazer, a se alimentar dignamente dentre outros; sem que haja hierarquização e valorização diferenciada destas vertentes.

Tendo como pano de fundo um quadro neoliberal degradante e

---

<sup>2</sup> Na tese de doutorado intitulada: O Assalto à Infância no mundo amargo da cana-de-açúcar. Onde está o lazer/lúdico? O gato comeu? Maurício Roberto da Silva aprofunda-se na temática.

<sup>3</sup> Foi implementado em alguns estados do país o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) com o intuito de reduzir a porcentagem de crianças e adolescentes trabalhando em situação de risco. Tal programa fornece um auxílio em dinheiro às famílias para que as mesmas retirem seus filhos do trabalho e os matricule na escola. Mais sobre ver Souza (2002) e ou Silva (2000).

degradado, a análise limita-se ao trabalho infantil, por compreender ser este um dos problemas mais nefastos presentes na existência social das crianças que trabalham, podendo de forma grosseira suas experiências e sonhos, causando situações de estranhamento e “atrasos” na obtenção de sua cidadania, pela negação e sonegação explícita de direitos básicos, como o direito ao lazer, à vivência do lúdico dentre outros.

O lazer é entendido por muitos pesquisadores da área como sendo uma manifestação contextualizada, mediada e permeada pela cultura. Tal categoria assume relevância à medida que todo processo de socialização pressupõe apropriação dos códigos e valores significantes desta. De acordo com Brougère (1995), a impregnação cultural, ou seja, o mecanismo pelo qual a criança dispõe de elementos dessa cultura passa, entre outras coisas, pela confrontação de imagens, com representações, com formas diversas e variadas. É uma experiência acima de tudo estética, sendo a infância um momento de apropriação dessas vertentes através de diversos “canais”, e a brincadeira apresenta-se como a primeira forma, e talvez a mais relevante, para tal processo. A brincadeira é, antes de tudo, uma confrontação com a cultura, sendo esta privilegiada nos momentos de lazer ou como nas palavras de Marcellino (2006) “tempo disponível”.

À medida que foram surgindo reflexões acerca da relação entre o trabalho infantil e a possível perda do lúdico nessa importante fase da vida, foi despertada sensibilidade acadêmica para perceber a intensa presença de crianças desenvolvendo trabalhos diversos na cidade de Viçosa-MG. Essa realidade foi concomitantemente percebida em função da convivência, quase cotidiana, em ambientes de trânsito comum na cidade, onde, com frequência, era observada tal situação.

A trajetória das inquietações acadêmicas e pessoais, em torno da realidade dessas crianças “trabalhadoras”, fez surgir questionamentos geradores de uma intenção de estudo sobre esse objeto: a relação trabalho infantil versus perda de ludicidade na infância.

Uma questão central, mas não de redação fechada, poderia ser expressa no sentido de perguntar se existe relação positiva entre os dois objetos supracitados. Porém, é uma questão ampla demais para se sustentar na simples estruturação de um jogo de duplas hipóteses: a confirmadora ou a

negadora. Tendo isto em vista, buscar-se-á explicitar e analisar as relações travadas nas esferas do trabalho em contraposição com o lúdico das crianças trabalhadoras de Viçosa, a partir de um acervo mais amplo de questões, as quais podem ser realizadas em blocos conforme sua aproximação direta com cada elemento da relação que constitui o objeto de estudo.

Assim, ao tomar a discussão quanto ao trabalho e o trabalho infantil, é imprescindível questionar:

- a) Como pensar tais esferas na população, como estas crianças se relacionam com seu trabalho, seja ele assalariado, ou não?
- b) O que os mesmos esperam obter nestes momentos, além do recurso para auxiliar na complementação da renda familiar?
- c) Como pensar tais momentos em um ambiente social de trabalho degradante e indigno?
- d) Como relacionar, em especial, o trabalho infantil com a precarização das condições de trabalho que os pais destas crianças encontram muitas vezes em seu cotidiano?

Ao refletir sobre o lúdico e sua relação com o mundo do trabalho, sobretudo o trabalho infantil, vem à mente, entre outras, questões como essas:

- a) O lúdico adquire caráter subversivo?
- b) Como os indivíduos encaram os momentos de brincadeira durante o trabalho?
- c) Os indivíduos ressignificam seu momento e espaço, através da atitude do brincar?

As inquietações geram tantos questionamentos que impulsionam a tentar buscar um objetivo central para esse estudo no que pode ser assim redigido: Identificar e compreender as possíveis perdas de ludicidade na infância em função do desempenho de necessárias atividades laboriosas.

Crê-se que na opção por um estudo que se pretenda arrojado quanto às contribuições para os sujeitos envolvidos e quanto à própria produção do conhecimento, faz-se imprescindível estabelecer um norte a partir de questões mais pontuais. Assim sendo, pretende-se buscar elucidação para as seguintes:

- a) Qual(is) o(s) significado(s) que o brincar/lúdico assume na realidade social das crianças trabalhadoras do município de Viçosa-MG?
- b) Quais atividades e formas mais comuns de trabalho infantil presente

no contexto destas crianças trabalhadoras viçosenses?

- c) Qual(is) o(s) significado(s) que o trabalho assume na realidade social destas crianças?

Está claro que a intenção é arrojada, mas é tomada como significativamente necessária na medida em que os aspectos são demasiado relevantes na construção de um trabalho dessa natureza. E quais seriam esses aspectos? Essa parece ser uma questão mais fácil de responder nessa seção, e sobre o que passar a fazer breves considerações.

O trabalho infantil apresenta-se como um dos problemas sociais mais relevantes e perniciosos presentes em uma sociedade. Apesar de não se ter dados precisos<sup>4</sup> acerca desta realidade a nível mundial, nacional e no contexto viçosense, pode-se estimar que em todas as sociedades algum tipo de trabalho é desempenhado por crianças. Este fato inquieta, pois muitas vezes essas informações existem, no entanto são estanques, descontextualizadas, atemporais e, principalmente, acríicas. Não se pretende, aqui, desvalorizar as pesquisas quantitativas, mesmo porque este estudo contém tais características, no entanto faz-se necessário adentrar na vertente qualitativa de tais dados, para captar as relações travadas no contexto do trabalho infantil bem como as possibilidades do lúdico na vivência cotidiana destes indivíduos.

A cidade de Viçosa tem como característica marcante a discrepância entre o ambiente universitário e as camadas de baixa renda. Tal lacuna imprime às crianças trabalhadoras uma incômoda “invisibilidade” social, muitas vezes corroborada pela comunidade acadêmica, ao qual deveria causar alarde e indignação.

Pensando nisto e no papel bidirecional que deve assumir as relações entre a sociedade e o meio universitário, entende ser oportuno um estudo que adentre na realidade afim de “dar voz” a tais indivíduos.

Além do que foi dito, Silva (2000, p.10) inspira e intriga.

Convém destacar que todas as formas de exploração do trabalho infantil sonégam o tempo para a vivência do lúdico, compromete a escolarização e, consecutivamente detona situações de constrangimentos que repercutem na construção da identidade da criança. Este processo de

---

<sup>4</sup> Apesar dos dados obtidos junto ao PNAD/IBGE, não podemos tê-los como definitivos e precisos, pois uma parte das crianças e adolescentes trabalhadoras atua no mercado informal, não declarando sua condição pelo medo de sanções legais.

sonegação da infância pode ser considerado como um tempo de oportunidades perdidas, que impõe às crianças possíveis sequelas nutricionais, cognitivas, psicossociais e culturais.

Mesmo com a tentativa de organização inicial do trabalho acadêmico, as breves observações ainda são assistemáticas. Por isso, debruçamo-nos na escolha da metodologia adequada a fim de nortear nossa prática enquanto pesquisador. As questões norteadoras bem como os referenciais teóricos começaram a surgir de forma congruente às ciências sociais, história, bem como textos relacionados à Educação Física e à temática do lazer/lúdico.

Nossa pesquisa foi realizada na cidade de Viçosa-MG, mais especificamente no centro comercial e nas dependências da Universidade Federal de Viçosa (UFV), por estes ambientes apresentarem uma maior frequência de crianças trabalhando.

Nossa amostra foi composta de 10 (dez) indivíduos, com idades que variam de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, escolhidos de forma aleatória quando desempenhavam algum trabalho nestes locais.

Para tentar elucidar nossos questionamentos, aplicamos a todos os integrantes de nossa amostra o mesmo instrumento de análise. Este foi composto de um questionário semiestruturado e um roteiro de entrevista também semiestruturada. Cabe ressaltar que os questionários foram preenchidos por um entrevistador. Para a realização da análise de conteúdo buscamos as contribuições de Triviños (1995).

Esse trabalho se desenvolve em uma dimensão embrionária de uma relação de interface entre a Antropologia e a Sociologia das atividades corporais. Por isso, quando pensamos na estrutura do trabalho, optamos por abordar a categoria cultura em nosso primeiro capítulo, por esta ser de expressiva relevância no processo de contextualização do problema e afirmação histórica dos significados que assumem a família, a infância, o trabalho bem como as vivências lúdicas. Entendemos que o processo de afirmação e apreensão de valores e atitudes através do brincar, empreendido pelas crianças, ao mesmo tempo em que fascina, intriga, devido ao fato de ser um processo de inter-relação cultural mediado pelas impressões e ressignificações que as mesmas impõe a seu meio social.



Como já mencionamos, o lazer é uma das categorias centrais do estudo por se constituir em um direito supostamente perdido. Em processo contínuo à discussão da cultura, uma vez que o lazer mantém com essa estreita ligação, buscaremos no decorrer do subcapítulo dois - Lazer, que “bicho” é esse? - abordar esta manifestação, contextualizando-a histórico-socialmente, bem como as multifacetadas conformações assumidas pelo mesmo a partir das reorganizações empreendidas pelo sistema capitalista.

Tendo em vista as influências deste sistema nos diversos rearranjos, vertentes e conceitos, abordaremos no subcapítulo quatro -Do “centro” à “periferia”-, interfaces da afirmação/negação da infância – como este, que através da história, veio modificando as leituras e interpretações desta fase. Utilizaremos olhares históricos e sociológicos a fim de interpretar como estes deslocamentos impuseram “novas” formas de afirmação e valoração das crianças em sociedade.

De posse destas referências, traçaremos um paralelo com as crianças trabalhadoras viçosenses, onde iniciaremos a apresentação de nossos dados focados na discussão a partir das informações socioeconômicas do grupo. Após, adentraremos os espaços e impressões que tais sujeitos explicitaram acerca de suas percepções do lúdico e do trabalho, entrelaçados, interfaceados, além dos relatos acerca dos sonhos e expectativas futuras destas crianças.

Gostaríamos de dizer ainda que, para além dos objetivos específicos relacionados ao estudo, pretendemos contribuir ainda com material bibliográfico, bem como ampliar o debate acerca da temática “trabalho infantil” no que se refere à Educação Física/Lazer.

Cabe ressaltar, ao final dessa seção, que não pretendemos trazer respostas prontas para os questionamentos aqui levantados, mesmo porque acreditamos que os mesmos resultarão em outros e tal processo está em constante construção/reconstrução em nossa sociedade.



## 2. Revisão Bibliográfica:

### 2.1 – Uma breve abordagem sobre o conceito de Cultura

*[...] as sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações. É preciso apenas descobrir o acesso a elas.*

*Clifford Geertz*

A relevância de se adentrar na categoria cultura reside, dentre vários fatores, na indissociabilidade entre ela e as sociedades. Como nos diz Lakatos citado por Vieira (1995, p. 9):

*[...] as culturas atendem aos problemas da vida do indivíduo ou do grupo, e as sociedades necessitam da cultura para sobreviverem. Ambas estão intimamente ligadas; não há sociedade sem cultura, assim como não há cultura sem sociedade (homens).*

Esta característica complementar das esferas humanas será um norte em nosso trabalho por acreditarmos ser o lazer um campo profícuo para a explicitação dessa impregnação cultural vivenciada no existir do homem em sociedade.

Entendendo nosso objeto de estudo: o trabalho infantil como um problema social construído, histórico-socialmente antes de tudo, os entendimentos acerca das inúmeras correntes teóricas que abordam tal categoria faz-se necessário para que possamos formar um conceito bem como perceber os entendimentos que nosso texto irá trazer.

Para isso iremos expor um breve resumo das diversas conceituações concebidas para o termo através dos tempos. Tal diversidade e número elevado de exposições demonstram o quanto esta temática é controversa e de difícil delineamento.

Neste estudo, será utilizado, afim de análise, o conceito de cultura proposto por Clifford Geertz (1989), que a entende como uma teia de significados que é tecida e recriada a todo momento pelos sujeitos que compõe tal espaço cultural.

O conceito de cultura que eu defendo, (...), é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de

significados que ele mesmo teceu, assume a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (Geertz, 1989, p. 4).

**a. Lazer, que “bicho” é esse?**

Ainda é imenso o desconhecimento dos indivíduos acerca do que signifique o termo lazer. Se fossemos às ruas e perguntássemos o significado do mesmo, com certeza, ouviríamos um gama de definições.

Definir tal termo não constitui tarefa fácil, pois o mesmo foi, através dos tempos, sendo ressignificado, imbuído de especificidades culturais de cada sociedade que o abrange e recria a cada momento.

O lazer é um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, agindo para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (Dumazedier, 1980, p. 31)

Requixa, citado por Marcellino (1995), entende o lazer como ocupação não obrigatória de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social. Nota-se que os conceitos se complementam. No entanto iremos adotar a interpretação empreendida por Marcellino (2004, p. 31), em que o lazer é entendido como “cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciado (praticada ou fruída), no “tempo disponível”. O autor nos lembra de ainda ser fundamental como traço definidor, o caráter “desinteressado” dessa vivência, não se buscando, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação.

De forma geral, os seres humanos, de acordo com Melo (2003), sempre buscaram formas de diversão, importantes em seu cotidiano tanto quanto as formas de trabalho, religiosidade ou constituição familiar, não sendo possível separar as maneiras de jogar, de brincar e de se distrair do conjunto geral das atividades cotidianas.

Essa indissociabilidade entre lazer e trabalho nos leva a pensar acerca dos papéis de tais esferas na vida do ser humano. Tal fato nos remete aos primórdios da Grécia Antiga, onde, o tempo-livre era considerado momento de crescimento intelectual. Somente através do tempo livre enquanto princípio de vida em detrimento do trabalho poderia ser alcançado o real de desejado desenvolvimento humano pela via da contemplação, que vale ser lembrado, era um privilégio de poucos homens, geralmente oriundos da camada mais abastada da sociedade grega.

As considerações gregas influenciaram sobremaneira a constituição do pensamento ocidental, como nos lembra Werneck (2000), principalmente no que se refere à inter-relação entre as noções de lazer e trabalho, assumindo contraditórias relações. Dessa forma, a relação que caracteriza a categoria trabalho-lazer na Antiguidade clássica, é a inter-relação dialética entre necessidade-liberdade.

As modificações concebidas historicamente, principalmente no que tange a organização social do trabalho tiveram papel decisivo nas alterações vividas no tempo de não trabalho, que passou a ser encarado não como tempo de contemplação, mas de recuperação e preparação do corpo para voltá-lo ao trabalho. Como nos diz Arendt citada por Werneck (2000, p.38): “o desejo de libertação das fadigas e penas do trabalho é tão antigo quanto à história de que se tem registro”.

Nota-se o caráter funcionalista que o lazer adquire neste contexto histórico. Cabe ressaltar que tal papel assemelha-se apenas em parte com o que se presenciou após a revolução industrial. Retornaremos a tal questão em momento posterior do texto.

Melo (2003) chama a atenção para a constituição do processo de espetacularização do lazer. De acordo com o autor, observa-se na Roma antiga desenvolvimento de uma preocupação com a diversão popular, não mais restrita às elites. Não significando que as elites compartilhassem as mesmas possibilidades de acesso à diversão: somente para estas eram possíveis as atividades em que a reflexão fosse elemento de destaque, enquanto àquelas eram oferecidas práticas de distração e alienação.

Essas práticas, consideradas vulgares pelas elites, não figuravam as mais comuns entre as tais, que procuravam diferenciar seus momentos com

vivências que explicitassem sua real posição e “superioridade” física e intelectual com relação às camadas populares da sociedade romana. A maioria das práticas destinadas às massas daquele povo foi concebida pelo próprio Estado Romano, originando o termo “pão e circo”, que ensejava um quadro de diversão alienada e alienante naquele momento histórico.

No período da Idade Média, “pouca” alteração se viu no modo de encarar o tempo de não trabalho pelas camadas populares, que continuaram a encontrar na festa o alívio dos males do trabalho árduo e penoso. Como nos lembra Melo (2003), as mais marcantes alterações podem-se notar na forma de encarar o ócio, que, segundo o autor, passou a figurar como momento ímpar de exibição social e de exposição de gostos luxuosos. Não era incomum que o trabalho fosse considerado tarefa dos menos abastados, os chamados camponeses e servos.

Neste período, vale ressaltar, a ascensão das primeiras religiões protestantes reformistas, com sua ideologia puritana, que apregoava de forma veemente o trabalho como fundamental para a humanidade. Muitas das novas religiões começam a introduzir a concepção de que o acúmulo de riquezas é filosoficamente aceitável<sup>5</sup>

Nesse contexto, a categoria tempo ainda não representava uma condição básica para a ocorrência do lazer, como entendemos hoje. O que estava em jogo era, portanto, o significado das práticas culturais vivenciadas, que deveriam ser orientadas para a busca dos lícitos princípios, estabelecidos em função dos interesses dominantes, caso contrário seriam censuradas e condenadas pela Igreja. (WERNECK, 2000, p.36)

Ainda, segundo a autora, neste pensamento, trabalho e persistência conduzem ao êxito, pois é a “vontade de Deus” que todos trabalhem. As festas e os divertimentos deveriam ser cuidadosamente controlados, pois eram considerados perniciosos aos homens, dando-lhes chance de se entregar ao vício e às armadilhas do pecado.

Trabalho e não trabalho são categorias da atividade humana que não podem ser compreendidas nem de forma hierarquizada (uma se sobrepujando a outra), nem de forma isolada (uma sem relação com a outra). Na

---

<sup>5</sup> Mais sobre o tema ver WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1967.

verdade, uma análise mais equilibrada acaba revelando que ambas são igualmente importantes e, numa inter-relação complexa, constituem a possibilidade de satisfação e felicidade humana. (MELO, 2006, p.3)

Este momento histórico é ainda marcado pelo surgimento de grande tensão entre Estado e Igreja no que tange os costumes.

O campo de forças da modernidade se constitui em oposição ao campo do sagrado sobrenatural e do transcendental religioso, através da emancipação do sujeito antropocêntrico, que instrumentaliza o mundo, transformando-o em objeto de conhecimento e de intervenção técnica. É em função deste poder instrumental que a razão científica ocidental deve ser encarada como efetivamente universal, isto é, dotada de uma validade capaz de atravessar qualquer fronteira cultural. (...), eis aí o projeto de ciência moderna, projeto de cultura renascentista: estabelecer a congruência entre as leis da razão e as leis da natureza – razão humana naturalizada, natureza racionalizada. (MORICON apud WERNECK, 2000, p.44)

Esta concepção, de acordo com Weber (1967), influenciou de forma fundamental a construção do capitalismo e do novo modelo de produção que estava em gestação e perdura até os dias atuais, principalmente em sociedades com intensa influência do cristianismo<sup>6</sup> como é o caso da sociedade brasileira. Segundo o autor, a concepção do insipiente sistema econômico encontrou legitimação nas interpretações bíblicas realizadas acerca do trabalho, acumulação e individualismo. O lucro é visto como “benção” divina e o trabalho extenuante uma das formas de se alcançar tal “benção”. O caráter meritocrático, apoiado em uma concepção individualista de homem, é difundido e inculcado, principalmente em sociedades marcadamente influenciadas pela concepção protestante.

Não iremos nos alongar no período pré-industrial, que foi citado apenas em nível de contextualização histórica do leitor, passaremos agora para um período decisivo para a compreensão dos encaminhamentos e configurações adquiridos pelo trabalho e lazer na atualidade. Tal momento caracteriza-se por

---

<sup>6</sup> Cabe ressaltar não queremos em nosso texto fazer juízo de valor acerca das diversas religiões cristãs, com relação aos seus preceitos filosóficos norteadores, apenas à utilização e interpretação equivocada dos mesmos, que levam à estratificação e enaltecimento da vertente trabalho em detrimento ao lazer, que acreditamos não existir, sendo os mesmos complementares na esfera da vida dos indivíduos e não opostos.

intensas modificações e reestruturações econômicas que afetam e revolucionam todo o modo de encarar as esferas sociais às quais os indivíduos estão inseridos. Falamos da Revolução Industrial.

#### **b. Surge o “monstro” de ferro...**

Com o advento da modernidade, presencia-se intensa efervescência intelectual, artística, política e epistemológica. Tal período histórico, de conturbada delimitação cronológica pelos historiadores, mas que segundo Chauí (1986), pode-se considerar o Renascimento como um período de transição entre as Idades Média e Moderna, constituiu-se em momento propício ao surgimento de uma nova ordem econômica, pelo racionalismo científico ser uma de suas bandeiras mais agitadas.

Werneck (2000) nos recorda que a partir da segunda metade do século XVIII, com o advento da chamada Revolução Industrial, o trabalho assume novas e perniciosas dinâmicas. Os indivíduos, que agora trabalham em troca de um salário para sobreviverem, enfrentavam em um primeiro momento jornadas diárias que chegavam a dezesseis horas, ficando impossibilitados em acessar a educação, ficando também quase escasso o tempo livre para o lazer. Nem mesmo as crianças operárias eram poupadas das cruéis condições instauradas pelo modo de produção capitalista<sup>7</sup>, além da privação de direitos trabalhistas, intensas instabilidades e condições laborais altamente insalubres.

Estas transformações, geradas pela implantação do modo de produção capitalista, conferem, novos contornos ao lazer, que passam a ser delineado, sobretudo em função de um tempo de não trabalho, ou seja, de um tempo que pudesse ser estabelecido em contraponto ao trabalho produtivo.

A construção da manifestação cultural do lazer, como esfera própria e concreta dá-se, paradoxalmente, a partir da Revolução Industrial.

Este processo de exacerbação da ideologia moderna, produtivista, utilitarista, atrelada ao sistema capitalista, que tem como diretrizes a atribuição de excessivo valor ao que é produtivo, gerador de “bens de consumo” ou mercadorias, e não se questiona em que medida essa “produtividade” – valor supremo – “anula” a expressão do

---

<sup>7</sup>Voltaremos a este ponto em específico em momento posterior de nosso texto, em que abordaremos a utilização da mão-de-obra infantil.



ser humano. E as pessoas acabam sendo consideradas com meros instrumentos, produzindo e ou consumindo, ou seja, alimentando o mercado de produção. Os valores são, portanto, imediatistas em sua essência”. (Marcellino, 1995, p. 25).

O lazer é resultado, portanto, dessa nova situação histórica – o “progresso” tecnológico, que permitiu maior produtividade com menos tempo de trabalho. Nesse aspecto, surge como resposta a reivindicações sociais pela distribuição do tempo liberado do trabalho, ainda que, num primeiro momento, essa partilha fosse encarada apenas como descanso, ou seja, recuperação das forças de trabalho.

A “nova” ideologia dominante edifica-se na criação de práticas sociais baseadas unicamente no trabalho. Tal concepção é engendrada pela classe burguesa como virtudes essenciais a um ser humano digno, com papéis e identidades sociais preestabelecidos.

O espírito do capitalismo moderno caracteriza-se, pois, por uma combinação original da dedicação à atividade lucrativa mediante métodos econômicos legítimos, com a não-utilização desse rendimento na prossecução de prazeres pessoais. Essa atitude radica na convicção de que a eficiência do desempenho de uma atividade profissional livremente escolhida constitui um dever e uma virtude. (Guiddens, 1994, p.184).

Como lembra Melo (2003), não foi fácil e pacífico enquadrar as camadas populares no novo modelo de trabalho, que trouxe em seu bojo um maior controle social e os muitos problemas advindos da exploração e das péssimas condições de vida dos trabalhadores, inclusive com o inchaço das cidades que passaram a abrigar a nova vida industrial.

Paralelamente a esse processo originou-se uma intensa organização popular afim de reivindicar direitos trabalhistas e melhorias nas estruturas das fábricas.

A partir disso várias ações foram implementadas a fim de dissolver tal mobilização. Werneck (2000) nos diz haver uma certeza por parte dos patrões da necessidade de reformular os contratos sociais, estabelecendo uma ordem interessante ao sistema, pela qual a disciplina necessária ao novo modelo de produção fosse aceita ou pelo menos controlada.

Tem-se início um intenso processo de controle dos momentos de lazer da classe operária, que eram vistos como vulgares, banais e, principalmente, perigosos ao sistema, culminando com o fechamento de várias tabernas e *pubs* - locais onde os trabalhadores reuniam-se após os exaustivos dias de trabalho.

Estas intervenções, muitas vezes violentas, tinham como foco principal a desarticulação dos trabalhadores que aconteciam em tais ambientes.

Tais ações, adotadas pelos órgãos estatais de repressão, configuraram uma indissociável característica do Estado “moderno”.

[...] o emprego do poder do Estado para estimular o desenvolvimento do capitalismo não é um fenômeno novo, o mesmo é peculiar à fase monopolista dos últimos cem anos. Os governos dos países capitalistas desempenharam esse papel desde o início do capitalismo. No sentido mais elementar, o Estado é o penhor das condições, das relações sociais, do capitalismo, e o protetor da distribuição cada vez mais desigual da propriedade que esse sistema enseja. Mas, em um sentido de outro nível, o poder do estado tem sido utilizado em toda parte pelos governos para locupletar-se si mesmos. Tendo o estado o poder de decretar impostos, regular o comércio internacional, as terras públicas o comércio e o transporte, a manutenção das forças armadas, e o encargo da administração pública, tem servido como um aparelho para drenar a riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meios legais como ilegais. (Braverman, 1993, p.242)

A ação do Estado deve ir ao encontro à obtenção do “bem estar público”. No entanto, por trás deste discurso de equalização social ao qual há consenso acerca de sua não existência, esconde-se um aparato poderoso de propagação e manutenção do status, quase imperceptível, que rege a vida do indivíduo em sociedade.

As relações de domínio ou de poder institucionalizado não constituem a totalidade do sistema de comportamento socialmente imposto. Lébrun (1986) nos recorda que os costumes, leis, preconceitos, crenças, paixões coletivas contribuem também para determinar a ordem social.

Cabe ressaltar aqui o processo de resistência dos indivíduos a tais formas de dominação, que, como nos lembra Chauí (1993), pode assumir infinitas vertentes e intensidades, sendo característica indissociável do ser humano.

Indubitavelmente encontramos as relações de poder funcionando nas mais diversas esferas de uma sociedade. Podemos citar, dentre algumas, os processos econômicos, as relações de conhecimento, o intercuro sexual, de modo que, “no princípio das relações de poder, não existe, como matriz geral, uma oposição binária e global, entre dominantes e dominados” (CHAUI, 1993, p. 56).

Neste cenário de conflitos, conformismos e resistências, o lazer assume papel ímpar na consecução da tomada de atitude dos indivíduos, mesmo que de forma “inconsciente”, de sua posição na sociedade de classes em que vivemos bem como o afloramento de seus anseios por condições de vida dignas e autônomas. Cabe ressaltar que atribuir unicamente ao lazer a tarefa desta tomada de atitude ou mesmo em empreender mudanças estruturais profundas na sociedade brasileira soa de forma ingênua, pois o mesmo por si só não tem tal poder, no entanto, soa de forma ainda mais ingênua negar a relevância do mesmo como integrante ativo deste “projeto” de mudanças sociais.

Colocadas dentro de uma hierarquia de necessidades, as atividades de lazer passam a ser encaradas como bens de luxo, ficando restritas às camadas economicamente superiores, que nelas podem investir. Marcellino (1995) ressalta que tal afirmação não significa que o lazer da classe abastada seja efetivamente rico, no sentido de contribuir para a humanização da vida do homem, mas tão somente que, tendo em vista a situação atual, essas parcelas da população são privilegiadas quanto às possibilidades para que tal fato ocorra.

Os desajustamentos e desencontros verificados na utilização e no tratamento da questão do tempo livre, ou melhor, do tempo disponível, decorrem de uma visão funcionalista do lazer. Essa visão traz em si um conteúdo altamente conservador, em termos de valores, concebendo o homem como simples detentor de “status” e desempenhador de papéis, em função da manutenção do sistema vigente. (MARCELLINO, 1995, p.23).

Dessa forma, a visão funcionalista em termos de valores do lazer e do trabalho, ou coloca naquele o caráter de finalidade, como compensação do laboralienado e, assim, a alienação permanece intocada, ou o considera simples reparador dos efeitos negativos da prática para mais trabalho. As duas

alternativas, na verdade, consideram o homem como simples máquina que necessita, para o seu funcionamento, de períodos de manutenção e reparo.

Continuaremos debatendo, no decorrer da pesquisa, os entendimentos acerca do lazer e do trabalho. Iremos neste momento focar nossos esforços no entendimento do objeto de nosso estudo: a categoria infância.

### **c. Do “centro” à “periferia”: afirmação/negação da infância**

*A infância integra as múltiplas dimensões humanas aliadas à característica do “ser criança”.*

*Deborah T. Sayão*

Na sociedade pragmática e utilitarista em que vivemos, a criança não é considerada em si mesma, mas como um adulto em potencial. Tal entendimento obnubila o entendimento da infância em sua totalidade. Faz-se necessário remetermos a esta fase para tentar esclarecer alguns pontos relacionados a esta período ímpar na vida do ser humano, quais os significados assumidos pelo brincar em suas vidas? Que papéis e valores são transmitidos no seio familiar? Como o lúdico influencia na socialização de tais indivíduos? Como estas vozes foram, através da história, sendo “caladas” em sua individualidade? Tais questionamentos devem ir de encontro a especificidade histórico social vivenciada pelos indivíduos em diferentes culturas.

Marcellino (1995) nos lembra que não é de se estranhar que “os estímulos para as atividades de lazer, quando verificados, se orientem muito mais em termos de “preparação” para a vida adulta do que pra a vivência dessa fase da vida”. A espontaneidade é substituída pela obrigação e o prazer quase se transforma em “tortura”.

Ariès (1981), em seu livro *A História Social da Criança e da Família*, nos traz um panorama acerca do trato dado à temática da infância bem como os vários entendimentos presentes em países da Europa, em especial na França. Faço tal alerta para que não percamos de vista tal informação, ficando necessário adaptar tais entendimentos ao nosso contexto.

Até o final do século XVII, as crianças e adolescentes eram praticamente ignorados pela sociedade. A duração da infância reduzia-se ao seu período mais frágil, quando se tratava a criança como um “adereço” bonito e engraçado

sem nunca se perder de foco que a mesma constituía um adulto em potencial. Este é denominado pelo autor como o primeiro “sentimento” relacionado à infância: a ‘paparicação’. O mesmo surgiu no meio familiar e foi largamente difundido.

No início de século XVI, não existia uma separação tão rigorosa, como hoje, entre as brincadeiras e os jogos reservados às crianças e aos adultos, os mesmos jogos eram comuns a ambos. Cabe recordar que a partir de leve desenvolvimento físico as mesmas eram incorporadas aos ambientes frequentados por adultos, compartilhando nestes, seus hábitos, costumes e jogos característicos.

O segundo “sentimento” fica explícito na citação do autor:

O sentido da inocência infantil resultou, portanto, numa dupla atitude moral com relação à infância: preservá-la da sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada – quando não aprovada – entre os adultos, e fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão. (idem. p. 146).

Tal “sentimento” surge fora do seio familiar, de uma fonte externa. “Nasce dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes” (Ariès, 1981, p. 163). Nota-se que tal forma de encarar a infância nos parece um tanto quanto contraditória, quando a mesma se propõe “moldar” de forma paulatina, esferas tão diferentes na vida de tais indivíduos. Isto se deve à intensa inquietação dos adultos em delinear a melhor forma de educar aqueles seres misteriosos e diferenciados que se constituíam as crianças. Este período é marcado pelo “desconhecimento” da infância e da individualidade das crianças.

No século XVIII, encontram-se na família dois elementos antigos que iriam nortear novas preocupações: a higiene e a saúde física.

Tratava-se dos doentes com dedicação, mas não havia interesse pelo corpo dos que gozavam de boa saúde, a não ser com um objetivo moral: um corpo mal enrijecido inclinava à moleza, à preguiça, a concupiscência, a todos os vícios. (Ariès, 1981, p.164)

Esta visão higienista no trato com as crianças ampliou-se e difundiu-se para toda a sociedade, ficando a Educação Física com papel crucial na

implementação de tal concepção através de métodos ginásticos<sup>8</sup>.

Assuntos relacionados às crianças e à família assumem considerável relevância. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação – esta havia assumido um lugar central dentro da família.

#### **d. Vidas cinza, como se desbota uma realidade...**

Além dos já conhecidos fatores aos quais muito se relacionam com o trabalho infantil, Cevini e Burger citados por Souza (2002, p. 2), apontam outros fatores que merecem ser expostos como os costumes culturais relacionados às famílias no tangente ao valor educativo do trabalho precoce, acessibilidade e custos da educação, normas reguladoras e controladoras do trabalho infantil, fatores econômicos e de organização social (migração, incorporação de tecnologias importadas, intensificação do mercado informal, desemprego estrutural, subemprego). Não iremos, em nosso texto, abordar tais fatores de forma isolada, ficando os mesmos diluídos em nosso trabalho pelas características indissociáveis de tais questões.

Eles figuram com vertentes simbólicas de “dominação”<sup>9</sup>, atentando sempre para o potencial de resistência desempenhado nas mais diversas esferas da vida dos sujeitos sociais.

A cultura dominante contribui para a integração do real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação a ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 2004, p. 10)

Este processo de “bombardeio simbólico”, visando a internalização e legitimação das formas de exploração, nos leva a crer que tais aparatos aos

---

<sup>8</sup> Para saber mais, em especial no Brasil, ver CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. São Paulo: Cortez, 1998.

<sup>9</sup> Deve-se ter sempre em mente que estas esferas de dominação assume “teias” infinitas numa sociedade, ao mesmo tempo em que um indivíduo sofre um processo de “dominação”, o mesmo assume a “papéis” de “dominador” em outros momentos, participando objetivamente tanto deste processo como do de resistência.

quais os autores nos chamam atenção têm decisiva relevância quando pensamos como estes influem na percepção que as famílias têm do trabalho infantil.

Podemos dizer que o trabalho infantil apresenta-se historicamente constituído pela sua dimensão planetária. Essa questão histórica, principalmente no Brasil, apresenta um anacronismo característico das indagações internacionais.

As crianças pobres sempre trabalharam. Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os capitalistas, do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terras, como boias-frias; nas unidades domésticas da produção artesanal ou agrícola; nas casas de famílias e, finalmente, nas ruas, para manterem a si e as suas famílias. (Rizzini, 1999, p. 396)

Podemos entender, como através dessa história e dominação e exploração, traçaram-se as formas de resistência infantil a esta barbárie, uma destas é sem dúvida a subversão desta perniciosa realidade através do lúdico apoderado através do brincar.<sup>10</sup>

[...] é inegável que a pauperização das famílias faz com que os pais necessitem dos filhos para a garantia da subsistência, tanto que em regiões com maior taxa de desemprego há um elevado número de crianças trabalhadoras. Porém, é preciso ter em mente o fato de que o próprio trabalho infantil reforça o círculo vicioso da pobreza, na medida em que essas crianças, mesmo que frequentem a escola, tem um rendimento escolar baixo<sup>11</sup>, o que na maioria das vezes acarreta repetência e evasão escolar. (Neto et al., 2002, p. 68)

Discutir sobre a relação entre pobreza e trabalho infantil não significa dizer que este não é causado por aquele. O problema está em tomar esse dado de forma dogmática e reduzindo desta forma o espectro de análise. Não podemos no esquecer de que inúmeras famílias, mesmo aquelas pertencentes

<sup>10</sup>Abordaremos em momento posterior de nosso texto o caráter subversivo do lúdico.

<sup>11</sup>Nota-se que os autores em sua reflexão utilizam um tom generalista. Cabe ressaltar que para afirmarmos que todas as crianças e adolescentes trabalhadores têm um rendimento baixo na escola faz-se necessário a realização de estudos direcionados e aprofundados acerca desta hipótese.

de classes sociais elevadas vêm o trabalho como forma de transmissão eficiente de valores morais para seus filhos. Apesar das inúmeras diferenças e da salutar discussão que este ponto iria suscitar não vamos nos ater ao mesmo.

BOURDIEU (1998, p. 42), ao retornar ao entorno do processo de legitimação simbólica da barbárie sofrida pelas sociedades fragilizadas pela concepção neoliberal/moderna de mundo, declara:

Ouve-se dizer por toda parte, o dia inteiro – aí reside a força desse discurso dominante – que não há nada opor à visão neoliberal, que ela consegue se apresentar como evidente, como desprovida de qualquer alternativa. Se ela comporta essa espécie de banalidade, é porque há todo um trabalho de doutrinação simbólica do qual participam passivamente jornalistas ou os simples cidadãos e, sobretudo, ativamente, um certo número de intelectuais. Esta visão de mundo é produzida, difundida e inculcada.

No fim da década de oitenta, os esforços para erradicação do trabalho infantil tornam-se assunto de pauta nos mais altos escalões do Governo brasileiro, devido ao fato desta ser uma das imposições dos órgãos de fomento e da comunidade internacional.

Estes “esforços” culminam com a elaboração do estatuto da criança e do adolescente. Tal documento, que em julho de 2011 completou vinte e um anos, trouxe inúmeros avanços no que se refere aos cuidados mínimos que devem ser desprendidos para com as crianças e adolescentes. No entanto, o desafio se faz presente à medida que se pretende implantar medidas, que em sua grande maioria soam de forma paliativa, em um meio social degradado e degradante em que estes indivíduos estão inseridos.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, representa um “avanço” na tentativa de erradicação do trabalho infanto-juvenil. No entanto, este fica podado pela ineficiência dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais em fiscalizar, principalmente o mercado informal que se apresenta como a forma mais explícita da prática deste desrespeito à legislação.

Outro fator que impulsionou o debate acerca deste fenômeno social foi o fato deste estar podando grande porção da população jovem do convívio escolar, e justamente este ponto em específico tramitava como crucial na pauta de contrapartidas apresentada pelo FMI – Fundo Monetário Internacional, e



Banco Mundial para a concessão bem como boas relações bidirecionais com o país.

Em 1996, foi apresentado à população brasileira o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), inicialmente implantado no Estado do Mato Grosso do Sul com o intuito atender 1500 indivíduos moradores de 14 cidades do referido Estado.<sup>12</sup> Tal programa foi sendo ampliado para diversos outros estados da Federação.

O Programa é destinado prioritariamente às famílias com renda *per capita* de até um quarto de salários mínimo, visando eliminar, em parceria com diversos setores governamentais e não governamentais (ONGS), o trabalho precoce, tanto na zona rural como no meio urbano. Para tal fim, o Programa concede uma complementação mensal de renda às famílias, por meio da bolsa “criança cidadã”, com a finalidade de facilitar o acesso, a permanência e o desempenho satisfatório de crianças e adolescentes na escola, como também introduzir a jornada ampliada, visando desenvolver a criatividade e a potencialidade da criança/adolescente, através de atividades lúdicas, esportivas, artísticas e de socialização, proporcionando ainda para elas apoio e orientação às famílias, implementando programas e projetos de geração de trabalho e renda para elas.

Um avanço nesta política pode ser explicitado na relativa “atenção” desprendida com as famílias destas crianças trabalhadoras, entendendo ser ela o primeiro e constante espaço de socialização, transmissão e assimilação de valores e representações.

À medida que o papel da família no processo de socialização é de suma importância. O contato com a mesma constitui-se no início do processo de endoculturação, que será continuado por toda a vida do indivíduo. (ZINGONI, 2003, p. 42)

Como afirma Andrade e Presotto (2001):

A posição cultural relativista tem como fundamento à idéia de que os indivíduos são condicionados a um modo de vida específico e particular, por meios de processo de endoculturação. Adquirem assim, seus próprios sistemas de valores e sua própria integridade cultural. (p. 52)

---

<sup>12</sup> Ver SOUZA (2002).

No entanto, cabe ressaltar, de acordo com o pensamento de Carvalho citado por Souza (2002):

[...] a política social não tem conseguido alterar o quadro de pobreza e exclusão social da família brasileira. Ao contrário, observa-se, a cada década, a ampliação das taxas de desigualdade social, ao mesmo tempo em que a concentração de renda atinge índices insuportáveis. (p. 28).

Zingoni (2003) ressaltava ainda que a importância e atenção à família, por meio de políticas públicas adequadas, constituem-se sem dúvida, em um dos fatores condicionantes das transformações as quais a sociedade brasileira aspira e um dos eixos fundamentais da política do lazer entendida com um direito social. Retomar a família como unidade de atenção das políticas públicas é, também, assumir o desafio na busca de opções mais coletivas e eficazes no direito dos indivíduos ao lazer.

Ainda no ensejo da citação, os autores lançam um olhar de relativização dos valores e costumes das sociedades, a impossibilidade de comparações entre os códigos e ou símbolos presentes em sociedades diferentes. Os valores, paradigmas e costumes das sociedades em geral, estão relacionados com a cultura da qual fazem parte. Dessa maneira um pode ser válido em relação a um ambiente cultural e não a outro e, mesmo, ser repudiado. Poderemos notar claramente isto quando abordarmos a questão do trabalho informal, que constitui a característica marcante do trabalho infantil. Em muitas sociedades, o trabalho das crianças é encarado como uma forma “segura” de manter tais indivíduos ocupados e longe da delinquência e outros males das ruas.

No entanto, esta afirmação torna-se contraditória quando se envia tais indivíduos para exercer estas atividades na rua, que muitas vezes é relegada a um *status* diminuído em relação à casa. Mesmo quando este trabalho é desenvolvido em casa, cabe o questionamento, até que ponto esta atividade é formativa? Que valores tal atividade pretende transmitir?

### **3. Resultados e discussões:**

#### **3.1. Trabalho Infantil como um Ritual de Passagem**

A pesquisa de campo teve uma duração de três meses e foi realizada entre maio e julho de 2010, no município de Viçosa-MG. Nossa amostra é composta de dez indivíduos escolhidos de forma aleatória quando desempenhavam alguma atividade de trabalho, remunerada ou não, no centro comercial da referida cidade, bem como no campus da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Para alcançar os objetivos propostos, foi aplicado a todos os indivíduos o mesmo instrumento de análise. Este foi composto de um questionário semiestruturado e um roteiro de entrevista semiestruturada. Cabe ressaltar que os questionários foram preenchidos por um entrevistador e estas gravadas em áudio e transcritas no mesmo dia em que foram realizadas

Durante nossa exposição dos dados, utilizaremos uma numeração para identificar os sujeitos de nossa pesquisa, a fim de preservar a integridade bem como a identidade destes indivíduos. Para a análise de conteúdo buscamos as contribuições de Triviños (1995).

Algumas considerações preliminares têm de ser feitas acerca do contexto em que foi realizada nossa pesquisa de campo. O período em questão foi especialmente atípico para a coleta de nossa amostra, devido ao fato de grande parte das crianças trabalhadoras do Município de Viçosa-MG estarem envolvidas com uma modalidade trabalho: a colheita de café. Isto acarretou a “diminuição” da presença de indivíduos trabalhando em outras modalidades. Nossa coleta de dados foi feita com indivíduos que trabalhavam na venda de produtos diversos pelo centro comercial da cidade e nas dependências da UFV, dentre os quais a venda de picolés e ou sorvetes assume considerável predominância.

#### **3.2. Indicadores socioeconômicos**

Iniciaremos nossa análise bem como nossa discussão do conteúdo de nosso trabalho com a citação de Martins (1993):

Hoje o filho-criança desemprega o pai-adulto, porque seu trabalho é mais barato, Ou o filho criança completa o salário ou o ganho do pai-adulto porque o que este recebe é insuficiente para sustentar a família” (p.13-14).

Tal tese confirmou-se em parte, sendo que o grupo em questão, 30% possui pais com renda inferior a R\$100,00; 10% com renda de até meio salário mínimo (R\$255,00) e 60% com renda dos mantenedores da casa girando entre meio 175 e um salário mínimo 350 reais, como podemos observar na (tabela 1):

**Tabela 1: Renda mensal dos pais:**

Renda dos pais	Indivíduos	
Até 100 reais	3	30 %
De 100 a 175 reais	1	10 %
De 175 a 350 reais	6	60 %

### 3.3. Mulheres ao trabalho

Outro ponto interessante foi o fato de em 90% dos casos, a mulher na figura da mãe era a única mantenedora da moradia. Apenas em dois deles, um pai e um padrasto moravam com as crianças na mesma casa. Nos demais, os mesmos haviam saído de casa ou a criança não conhecia o pai biológico.

*“Meu pai? Sei lá até que série ele estudou, eu nem sei quem é (...) hoje mora eu, meu seis irmão, minha mãe e meu padrasto, mas ele tá desempregado”. - Indivíduo 1, 12 anos.*

Antunes (1995, p.45) nos recorda que “deste contingente da força de trabalho, um contingente expressivo é composto por mulheres, o que caracteriza outro traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora”.

Esta “entrada” das mulheres no mercado de trabalho intensificou-se

após a década de oitenta, no entanto esta inserção é ainda hoje permeada de preconceito, ficando as mesmas estigmatizadas e mal remuneradas em relação aos homens desempenhando tarefas idênticas, em torno de 30% a menos.

Essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações do tempo parcial, em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital.

À medida, no transcurso do século XX, as mulheres ingressavam maciçamente na atividade capitalista, no entanto, esta evolução não eliminou a desigualdade dos gêneros, mas, pelo contrário, acentuou-a. (KURZ, 2000, p.42).

A classe que vive do trabalho é tanto masculina quanto feminina, assumindo para esta última uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, singularidades neste processo social de resignificação de espaços de dominação, sejam eles explícitos ou velados, no ambiente de trabalho ou no ambiente doméstico.

A situação de precariedade imposta pela crise estrutural histórica recai duplamente sobre as mulheres. Por um lado a situação de desemprego e subemprego, o empobrecimento e a favelização de extensos setores da sociedade transferem integralmente a mulher a responsabilidade pela reprodução do dia adia. (Kurz, 2000, p. 61).

A mesma tem de enfrentar uma dupla jornada, que vai da submissão à atividades instáveis e precarizadas, com baixos salários, e uma outra jornada que envolve os trabalhos domésticos, estes não remunerados. Neste contexto, muitos homens se transformam em meros convidados da casa, que em pouco contribuem para a manutenção da mesma.

A precariedade afeta tanto o homem quanto a mulher expostos aos seus efeitos, tornando o futuro incerto, causando um misto de incerteza e desencanto com o próximo dia de “trabalho”.

#### **3.4. Família e renda, contas que nunca fecham...**

Adentrando na renda familiar, buscamos saber quantas famílias recebiam algum benefício financeiro do Governo, seja ele Federal, Estadual e

ou Municipal. 90% dos indivíduos afirmaram que suas famílias recebem o benefício Bolsa Escola do Governo Federal, que consiste em uma política instituída pelo Governo afim de “incentivar” as famílias mediante ao pagamento de um auxílio em dinheiro para cada filho matriculado em escolas da rede pública de ensino.

A renda adicional, oriunda do auxílio governamental, influi na renda familiar total que se amplia de forma modesta, como podemos ver na (tabela 2).

**Tabela 2 – Renda total das famílias:**

Renda total da família	Indivíduos	
Até 100 reais	2	20 %
De 100 a 175 reais	2	20 %
De 175 a 350 reais	4	40 %
De 350 a 525 reais	2	20 %

Não podemos perder de vista o fato que nesta segunda projeção, a renda adquirida pelas crianças nos seus dias de trabalho é incorporada à mesma.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi o número elevado de pessoas residentes na mesma habitação, o que agrava a questão da utilização da renda total para a subsistência de tais famílias. O número total de moradores bem como o grau de parentesco pode ser observado na tabela a seguir:

**Tabela 3: Composição familiar:**

Indivíduo	Número de moradores	Grau de parentesco
1	7	Mãe, avó, tio, irmãos.
2	10	Mãe, avó, tia, irmãos, primos.
3	5	Mãe, pai, irmã, sobrinha.
4	11	Mãe, irmãos.
6	6	Mãe, irmãos, padrasto.
7	6	Mãe, irmãos, padrasto.

8	6	Mãe, avó, tio, irmãos.
9	9	Mãe, irmãos, tio, avó.
10	5	Mãe, irmãos.

Este alto número de indivíduos residentes na mesma moradia pode ser um agravante ou mesmo revelar uma relação de ajuda mútua. Os idosos geralmente auxiliam na renda da casa com suas aposentadorias que, apesar de serem recursos limitados, são decisivos na manutenção destas moradias.

Em muitos destes lares podemos notar a presença da figura masculina adulta, no entanto todos os entrevistados alegaram que tais indivíduos estão desempregados ou subempregados no mercado informal (fazendo bicos). Isto gera uma instabilidade a tais lares pelo caráter esporádico de tal remuneração.

Antunes (1995, p.44) detecta um constante presente na “nova” dinâmica assumida pelo capitalismo, uma forma extremamente significativa, dada pela subproletarização do trabalho, presente nas formas de afazeres precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculado à economia informal, dentre tantas modalidades existentes.

### **3.5. Família e Escola: espaços relacionados.**

Todos os indivíduos afirmaram estar regularmente matriculados, apesar de, concomitantemente 9 dos 10 entrevistados estarem com atraso na progressão do processo serial do ensino. Este “atraso” foi variado, chegando até três anos.

Diversos indivíduos do grupo relataram que, apesar do atraso, muitas vezes provocado por repetências e evasões, a família incentiva a presença dos mesmos na escola, por entenderem ser “bom para o futuro”.

Nota-se que apesar das condições precárias em que vivem diversas destas famílias, a educação escolar ainda assume relevância neste contexto, muitas vezes pelo caráter salvacionista e detentora de uma possível ascensão social, assumida pela instituição escolar.

O grau de escolaridade dos pais foi avaliado, percebendo que nove, dos dez indivíduos, possuem familiares com o ensino fundamental incompleto.

Destes, 60% estudou até a quarta série e outros 40% até a sétima série (hoje, 5° e 8° anos do Ensino Fundamental II).

A baixa escolaridade destes indivíduos, provocada muitas vezes por processos falhos e ineficientes de ensino e evasão escolar pela necessidade em trabalhar para prover e auxiliar na renda familiar, impõe caráter cíclico deste quadro degradado e degradante, não querendo aqui partir de quadro determinista em minhas colocações, salvo todas as “exceções”.

Esta baixa escolaridade conseqüentemente defronta-se com uma realidade de trabalho transformada. Até as atividades mais simples necessitam de certo grau de preparação intelectual para a execução das mesmas. Kurz citado por Antunes (1995) ressalta uma conseqüência importante deste processo de especialização no interior da classe trabalhadora, que tem segundo o autor uma dupla direção:

Paralelamente à redução quantitativa do operariado industrial tradicional dá-se uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que de um lado impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação”. (p.47).

O autor chama ainda a atenção para o fato de, um lado, a intensificação do que o mesmo classifica com um processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado.

Tais contradições têm como ponto latente e final uma dinâmica multiforme, complexificando, hierarquizando e heterogeneizando ainda mais a parcela que tem como modo de subsistência sua capacidade de trabalho.

Após esta breve exposição acerca da estrutura familiar bem como a composição da renda de tais famílias, vamos agora adentrar, buscando ampliar o foco de análise, na participação dessas crianças trabalhadoras na sua subsistência.

### **3.6. Crianças, ao trabalho!**

As modalidades de trabalho mais comuns a nosso grupo foram a venda de picolés, sorvetes e doces. Além destes, os trabalhos mais exercidos pelo



grupo de crianças foram os trabalhos em construção civil como ajudantes de pedreiro e trabalhos domésticos em geral, sendo que este segundo merece análise pormenorizada em momento posterior de nosso texto. (Tabela 5).

**Tabela 5 – Modalidades de trabalho:**

<b>Modalidade de trabalho</b>	<b>Indivíduos</b>	
Venda de picolés e sorvetes	8	80%
Trabalho doméstico	8	80%
Trabalho em construção civil	2	20%
Outros	1	10%

Cabe ressaltar que em diversos casos os indivíduos relataram exercer, além do período de trabalho na rua, uma jornada de trabalho doméstico. Tal fato é relatado pelo trecho de uma entrevista a seguir.

*“Trabalhava... é carregando massa, essas coisas na construção (...) meu pai achava bom, trabalhava com ele, não ganhava quase nada, mais era mão de obra (problemas), (...), de vez em quando eu contava umas piadas, pra alegrar o pessoal”. - Indivíduo 2, 14 anos.*

Neste caso, em especial, o indivíduo relata o compartilhamento do ambiente de trabalho com o pai, nota-se que tal indivíduo adentra precocemente um espaço de adultos, em que são desenvolvidas atividades laboriosas para tal faixa etária.

Este processo de adultização da infância é notado em diversos relatos. Tais indivíduos começam, muito cedo, a frequentar, interagir e assimilar ambientes exclusivos de adultos, proporcionando, além do furto de momentos de vivência lúdica até a corrupção do mesmo, ao se impor hábitos e olhares adultificados a uma criança.

Áries (1981) relata que tal prática era comum nos séculos XV, XVI até meados do século XVII em países europeus, não se notando diferenças nem mesmo nos jogos e brincadeiras vivenciadas pelos mesmos. Tais costumes foram coibidos nos séculos subsequentes.

*“Os bico que eu faço é carregar areia, agente carrega pra dentro da construção e de vez em quando a dona faz feijoada e da pra gente (...), eu*

*trabalho pra não fica a toa, fica a toa não ta com nada*". - Indivíduo 4, 13 anos.

*"De manhã eu arrumo casa ai eu vou ver televisão, ai eu tomo banho e vou pra aula (...) eu trabalho de umas uma e meia (13h30min) até as sete (19h). Em dia que tá bom eu ganho uns seis, sete reais..."*. - Indivíduo 3, 12 anos.

O mesmo indivíduo relatou trabalhar vendendo picolés e bombons apenas no período de férias, para ajudar a mãe, ficando o mesmo, em seu período letivo "apenas" com os afazeres domésticos.

Este relato é apenas um dentre tantos outros a nós fornecidos, em que ficou clara a obrigação dos mesmos em "ajudar" nas tarefas domésticas, que, ao contrário do que muitos pensam e defendem, também configura em uma modalidade de trabalho que alija a criança dos momentos de vivência/experiência do lúdico presente no brincar.

Este "sequestro do lúdico"<sup>13</sup>, empreendido por muitas famílias, sob a alegação de ser uma forma "sadia" de trabalho, assume interfaces extremamente perversas, pelo simples fato deste ocorrer de forma velada, no interior das casas, longe dos olhares das pessoas, sendo "legitimado" pela própria família, que o vê como boa ocupação do tempo de suas crianças.

*"Ai eu não, prefiro mesmo é ficar trabalhando, ficar a toa, sem fazer nada eu não gosto não..."*. - Indivíduo 4, 13 anos.

Neste sentido, vale ressaltar, segundo Debortoli (1997, p. 338), "tanto a casa como a rua se mostram identificadas, ora com a brincadeira, ora com o trabalho, ambas levando à necessidade do trabalho, e à possibilidade da brincadeira".

Tais indivíduos relataram exercer jornadas semanais que vão de um a seis dias de trabalho por semana, com uma carga horária compreendida em uma faixa de duas a oito horas diária de trabalho, com remunerações que variam de acordo com o ritmo de venda de seus produtos. (Tabela 6).

---

<sup>13</sup>

Este termo foi cunhado por Silva (2001).

**Tabela 6: Relação entre dias trabalhados por semana, carga horária e renda por dia trabalhado:**

<b>Indivíduo</b>	<b>Dias de trabalho por semana</b>	<b>Horas de trabalho por dia (horas)</b>	<b>Renda por dia de trabalho (reais)</b>
1	1	2	5
2	2	5	De 5 a7
3	3	2	De 5 a 10
4	2	7	De 15 a 20
5	2	7	De 6 a 7
6	4	5	8
7	4	5	8
8	7	6	De 20 a 25
9	6	7	De10 a 11
10	5	5	De 6 a 10

Apesar de haver uma flutuação na renda dos indivíduos, pode-se notar a baixa remuneração em todos os casos quando a mesma é contraposta à jornada de trabalho.

Neste caso, o lucro obtido pelo patrão dessas crianças é alto, pois as mesmas recebem um pagamento de acordo com a quantidade de venda, no caso dos vendedores de picolés, sorvetes e doces.

A objetivação da subjetividade infantil, através da exploração, é comumente incentivada por boa parte do patronato, uma vez que, pra estes, a criança é presa fácil para a dominação, pois possuem mãos e corpos hábeis para o trabalho, além de afastar-se dos vícios da malandragem, da ociosidade e da marginalidade.(SILVA, 2001, p. 34)

Além do que, tal exploração perpassa o caráter financeiro e adentra a subjetividade dos indivíduos em questão. O ambiente de trabalho destas crianças é a rua, com todos os problemas e características peculiares, causa inúmeros constrangimentos e estranhamentos, apresentando-se como ambiente insalubre e degradante da forma que o mesmo é apoderado por

estes indivíduos.

*“Agente tem de ficar esperto, tem cara que compra e não paga, faz hora com a cara da gente, se não receber o cara da sorveteria desconta no pagamento da gente, acha que foi agente que chupou o picolé”. Indivíduo 7, 13 anos (trabalha desde os 9 anos)*

Este relato exprime bem a lógica capitalista do lucro, da exploração da mais valia, da precarização das condições de trabalho, empreendida por esta empresa. Tal fato é muitas vezes endossado pelos compradores de tais produtos que coadunam para tal exploração ao empreender um processo de “invisibilidade” social a tais crianças, que constituem, a meu ver, mão-deobra barata, explorada, empobrecida, cooptada e furtada de sua dignidade a cada minuto de trabalho.

Continuaremos nossa discussão agora no “universo” lúdico do brincar das crianças trabalhadoras de Viçosa.

### **3.7. Trabalho, lúdico e Ritual de passagem:**

*Eu vi um menino correndo; eu vi o tempo brincando ao redor do caminho daquele menino[...] - Força Estranha- Caetano Veloso.*

Todo processo de socialização pressupõe apropriação da cultura em que o indivíduo está inserido. De acordo com Brougère (1995), a impregnação cultural, ou seja, o mecanismo pelo qual a criança dispõe de elementos dessa cultura passa, entre outras coisas, pela confrontação de imagens, com representações, com formas diversas e variadas, é uma experiência acima de tudo estética.

A infância, conseqüentemente, um momento de apropriação dessas vertentes através de diversos “canais”, e a brincadeira apresenta-se como a primeira forma e talvez a mais relevante para tal processo. Esta é, antes de tudo, uma confrontação com a cultura.

Segundo o autor, a criança, como o homem adulto, não se contenta em se relacionar com o mundo real, com os objetos. Ela deve dominar os mediadores indispensáveis que são as representações, as imagens, os símbolos, os significados. “A cultura na qual ela está inserida, mais do que o

real é composto de tais representações”. (BROUGÈRE, 1995, p. 40).

Na brincadeira, a criança se relaciona com conteúdos culturais que ela reproduz e ressignifica. Configura-se na “entrada” na cultura, numa cultura particular, tal como ela existe e se apresenta em um determinado momento histórico. (Idem, 1995, p. 42).

Isto se dá em um panorama específico, por meio de uma atividade conduzida pela criança, ou seja, uma atividade que ela domina e reproduz de acordo com as possibilidades de prazer possíveis em se extrair dela. A “liberdade” de iniciativa e direcionamento daquele que brinca se faz como característica essencial para o surgimento do lúdico no ato de brincar.

Marcellino (1995, p.17) alerta para o fato de:

Talvez seja justamente pelo caráter de liberdade e subversão da ordem, em contraposição à lógica da produtividade, que o lúdico seja subsumido da noção de infância na Modernidade. O lúdico indica pistas para a definição de papéis sociais e é cultura humana subjetiva, que se contrapõe à racionalidade produtiva. Por isso, é fundamental compreender o significado social, cultura e político-pedagógico do tempo do lúdico na infância, tempoeste que apesar de estar exposto à exploração, não se submete totalmente da lógica da racionalidade produtiva e do lucro capitalista.

O lúdico é entendido pelo autor não em “si mesmo”, ou de forma isolada nessa ou naquela atividade (brinquedo, festa, jogo, brincadeira, etc), mas como um componente da cultura historicamente situada. Não somente com produto, mas como processo, verificando que o lúdico também deve ser visto dessa dupla perspectiva: como produto e como processo, como conteúdo e como forma.

No entanto, esta suposta não submissão ao sistema deve ser encarada com ressalvas, devido ao fato do “tempo livre” das crianças trabalhadoras serem, de acordo com Kurz “tempo de incertezas, tensões e medos, tempo que aprisiona e oprime os sujeitos, se constituindo num tempo de escassez”. (apud SILVA, 2001, p. 14).

Antunes (2002) assume a hipótese de que tempo livre e capitalismo são um par imperfeito, devido ao fato do lazer só possuir sentido na medida em que o trabalho também for significativo. A partir de tal pensamento, Silva (2001,

p.15) detona:

Em linhas gerais acredito que o lazer é diametralmente oposto ao lúdico, uma vez que a racionalidade econômica capitalista opõe-se radicalmente aos valores ontológicos e éticos do lúdico, a saber: liberdade, gratuidade, criatividade, fantasia, mistério etc. A lógica capitalista pressupõe de forma determinante e hegemônica o objeto no lugar do sujeito, a mercadoria, a opressão, enfim a objetivação do sujeito. O lúdico, em contrapartida, prioriza o sujeito construindo o objeto e se reconhecendo e espelhando-se neste para desta maneira, construir as bases materiais do prazer e da felicidade humana.

Sobre tal tese, Marcellino (1995, p.17) traz sua contribuição quando afirma:

A criança produz subversivamente à revelia do sistema dominante: prazer, alegria, relaxamento, vida, ética, estética, cultura e história. Ela, ao brincar torna-se criador e criatura, sujeito e objeto das relações sociais, ao passo que trabalhando em condições desumanas, não passa de um mero brinquete, um brinquedo, uma mercadoria nas mãos dos patrões.

Tais pontos de vista divergem. No entanto, ao refletir sobre o conteúdo das entrevistas, as aproximações com o pensamento de Marcellino foram maiores, como podemos observar nos relatos dos sujeitos em questão. Cabe ressaltar que, em 80% das entrevistas, os indivíduos relataram brincar durante o período em que trabalham.<sup>14</sup>

*“Agente sempre brincava na hora do trabalho, era de corrida com o carrinho de picolé, era muito bom”.* - Indivíduo 10, 12 anos

*“Eu gosto de brincar de corrida com o carrinho, quando eu to jogando eu penso que eu estou me divertindo muito, mas na hora que eu to andando de uma roda com o carrinho de picolé eu penso em responsabilidade, se quebrar tem de pagar”.* - Indivíduo 8, 14 anos.

*“Agente joga bola, leva ela vazia e depois enche, brinca de pique pega. Agente para o carrinho e brinca (...) o moço do parque é legal, agente para o carrinho e ele deixa agente brincar de graça no pula – pula”.* -Indivíduo 9, 8 anos.

Nestes trechos podemos notar o caráter subversivo do lúdico no ato de

brincar. As crianças promovem simulações de corridas de carros com seus carrinhos de picolé. Apropriam e ressignificam o símbolo do seu labor e de sua exploração em objeto lúdico e o aproximam de sua realidade. Em outro momento, se divertem no brinquedo do parque em pleno horário de trabalho. A beleza deste ato é incomensurável, pois subverte a lógica da produtividade e venda estabelecida pela empresa que os emprega. Ao brincar, o mesmo deixa de vender, contrariando os planos e metas traçados pelos seus patrões.

Debortoli (1997) afirma ser a brincadeira (mesmo no tempo do trabalho), e não o trabalho, que dá forma e sentido à infância. Não importa se em casa, na escola, na rua, ou trabalhando, o brincar acontece todos os dias e em todos os tempos.

Uma das entrevistas mais interessantes foi a de dois irmãos que trabalhavam juntos, observe o trecho.

*“Eu gosto de brincar de pique pega, pique esconde, pique parede, de conversar com os amigo...”*. -Indivíduo 3, 8 anos.

*“Eu deixava brincar uai, fazê o que, ele gosta de brincar eu deixei (...) eu tomava conta do carrinho e ele ia lá brincar, e na hora que ele voltava eu vendia os dele e os meus também, ai eu dava o dinheiro pra ele entregar pro moço”*. - Indivíduo 8, 14 anos.

Nota-se a cumplicidade dos mesmos no momento de subversão através da brincadeira, assumindo o mais velho o papel de executor da atividade laborativa para que seu irmão pudesse brincar. A ludicidade mostra-se com um diálogo necessário na vivência cotidiano destes indivíduos quando em sua vivência se misturam símbolos e atitudes, muitas vezes de formas sutis.

Esta entrevista nos traz elementos acerca da hipótese da “perda” de tempo lúdico em função do trabalho que exercem. Nota-se que tal renúncia ao ato de brincar, neste momento,deveu-se à fraterna atitude de proteção e resguarde ao irmão mais novo. O papel de responsável, tanto pelo irmão como pelas vendas, nos fazem refletir acerca deste “furto” de infância, sofrido por estes indivíduos, adultizados neste momento e em diversos outros em sua vida, como ressalta Debortoli (1997, p. 331).

Várias experiências acabam chegando mais cedo para essas crianças, misturando dor e prazer, impondo informações e uma maturidade que a maioria, cronologicamente, não tem. Em alguns momentos,

confundem-se infância, adolescência e vida adulta.

A maioria (90 %) dos indivíduos relatou gostar dos trabalhos que exercem, muitos relataram que o ambiente de trabalho é local propício para se conversar e fazer amigos.

Nota-se que uma série de comportamentos expressa a ludicidade presente nestes momentos de trabalho. As formas lúdicas que se manifestam trazem a possibilidade de escapar, ainda que momentaneamente, de tudo aquilo que lhes mostra com inevitável.

Muitas vezes, o sério e o lúdico se misturam. Não se espera um lugar nem um tempo específico ou definitivamente permitido para o momento da brincadeira. As crianças vivem, diferenciadamente, tempo e espaço, de acordo com sua percepção desse brincar e dos papéis sociais que elas assumem.(DEBORTOLI, 1997 p. 332).

Nota-se que muitos destes indivíduos internalizam aspectos presentes na esfera do trabalho de forma diferenciada, não assumindo os mesmos significados. Sem perder nunca de vista o processo de exploração a qual tais sujeitos vêm sendo submetidos, os mesmos apresentam uma característica ímpar em “abrandar” tal situação pelos momentos lúdicos que tal prática pode reservar em seus momentos de interrupção.

O “apoio” da família, que de forma direta coaduna com o trabalho destas crianças torna-se marcante no processo de inculcação precoce dos valores do trabalho em tais indivíduos. Todos os entrevistados relataram que suas famílias sabem que os mesmos trabalham. Adorno e Horkheimer (1981, p. 215) afirmam que “só a família poderia fazer com que surgisse nos indivíduos a identificação com a autoridade, idealizada com ética do trabalho”.

Sendo esta instituição responsável pela apreensão e difusão de valores, costumes, posturas e interpretações, a dinâmica do trabalho como a conhecemos, hoje, deveria ser difundida desde as idades mais tenras, afim de “facilitar” uma adequação às obscuras conformações assumidas pelo mesmo em nossa sociedade. Para não se desesperar no duro universo do trabalho assalariado e da sua disciplina, e chegar a cumprir nele o papel, não basta mais a mera obediência, é preciso a “internalização”. (ADORNO E HORKHEIMER, 1981, p. 246).



No entanto cabe ressaltar novamente que as crianças trabalhadoras têm papel muito relevante na manutenção da moradia, com seus pífios rendimentos.

São obrigadas em muitos casos a passar da condição de consumidoras para provedoras da renda familiar. O trabalhador vendia anteriormente a sua própria força de trabalho da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos, dos próprios filhos, pela necessidade. (Silva, 1997, p. 344).

*“Minha família sabe que eu trabalho, eles acham nada não, só incentiva”. - Indivíduo 8, 14 anos.*

## **4. Considerações finais:**

### **4.1. O inacabado é que nos fascina...**

Um momento ímpar em nosso trabalho constituiu-se nos momentos das entrevistas em que os indivíduos eram questionados acerca de seus sonhos para o futuro. Podemos constatar que, para além de tanta dureza, sobressaem sonhos e desejos.

Embora permanentemente essas crianças se vejam oprimidas pela realidade, extraem tempos e espaços em que “o desejo de viver se manifesta na alegria da ludicidade”. (DEBORTOLI, 1997, p. 331).

Cabe ressaltar neste momento final que a atual conjuntura assumida pelo trabalho infantil em nossa sociedade tem que ser problematizada tendo em vista, como pano de fundo, um quadro neoliberal que massacra a família, subproletizando seus componentes à medida que os expõe ao mercado informal, com todos seus “perigos”, instabilidades e incertezas.

O desemprego estrutural e o constante aumento de um “exército” de reserva, assumem como poder simbólico, um eficaz meio de dominação, à medida que impõe aos indivíduos o constante receio em fazer parte deste famigerado grupo.

Estas famílias, que sofrem diretamente os efeitos deste panorama obscuro, se vê forçada a enviar, cada vez mais precocemente, seus filhos para este mercado incerto, pois estes constituem opção de complementação de renda, sendo, que em vários momentos estes passam de consumidores a mantenedores da moradia.

Entendemos a infância como “tempo” profícuo para a manifestação do lúdico como vertente indissociável do ser humano. No entanto as condições para a vivência dos mesmos são construídas historicamente em na sociedade em que o sujeito esta inserido.

Em nossas análises buscamos interpretar o significado da vertente trabalho na realidade social das crianças trabalhadoras do município de Viçosa-MG na partir do nosso primeiro questionamento: Qual (is) o(s) significado (s) que o trabalho assume na realidade social destas crianças?

Podemos constatar que, apesar da aspereza desta realidade de trabalho, tais indivíduos vêm a esfera de trabalho de forma diferenciada. Os mesmos demonstraram ter bem claro as “obrigações” relacionadas a tal atividade (produzir renda e no cumprimento de horários), no entanto, este tempo de trabalho se mostrou “flexível”, sendo muitas vezes interrompida para uma conversa amistosa e ou uma brincadeira. A presença do lúdico foi detectada em diversos momentos desta carga horária.

Outra constante foi a preocupação em voltar para casa com algum rendimento (dinheiro), sendo que boa parte e, em alguns casos, toda ela, seria repassada a um adulto. Estes indivíduos demonstraram estar em um constante processo de adultização, precocemente expostos a situações presentes no ambiente de trabalho, como a ajuda no provimento da moradia, cuidados com a mesma nos trabalhos domésticos e responsabilidade na obtenção de renda.

Outra questão norteadora foi: Qual (is) o(s) significado(s) que o brincar/lúdico assume na realidade social das crianças trabalhadoras do município de Viçosa-MG?

Tratar a brincadeira e o lúdico dessas crianças significa abordar essa cultura local condicionada e condicionante na vida destes indivíduos. Estas expressões de conhecimento e de suas sabedorias. Cabe ressaltar que não buscamos em nosso trabalho fazer juízos de valores, apenas confrontar o “mundo” do trabalho infantil e as vivências lúdicas nestes tempos, sendo que as mesmas em muitos momentos foram cooptadas, ressignificadas e interfaceadas com labor das mesmas.

O lúdico assume papel subversivo a partir do momento que, a revelia dos padrões ou do público presente nos locais de trabalho, os mesmos relataram brincar de forma “despreocupada”, muitas vezes utilizando forma ressignificada o objeto de seu labor, relacionando-o com seu momento lúdico.

Quando nos indagamos “Quais atividades e formas mais comuns de trabalho infantil presente no contexto destas crianças trabalhadoras viçosenses?”, podemos constatar a grande presença da venda de picolés e sorvetes por parte de nossos entrevistados. Esta venda também passa por um processo de revalorização a medida que o espaço da rua torna-se aparelho não formal de lazer, a calçada vira rampa para saltos com o carrinho e o cesto de lixo do mesmo esconde bolas para jogar quando “der vontade”.

Tais brincadeiras mostraram-se como “estratégia de vida”, que os mesmo utilizam para encarar de forma mais “alegre” os momentos de trabalho. Isto se constitui em sentimento ambíguo a medida que esta “alegria” se contrapõe com a certeza do “dever” de se conseguir renda para a auxiliar a família.

O trabalho infantil apresenta-se como um ritual de passagem para a idade adulta, em que tais sujeitos são apresentados aos inúmeros símbolos do universo adulto. Este ritual se faz condição essencial para a busca da afirmação e reprodução do grupo cultural ao qual eles pertencem.

Afastando-nos de juízos de valores, o que se te que discutir é até que ponto a antecipação destes rituais de passagem impacta na formação geral desta crianças trabalhadoras? O que poderá nortear novos estudos acerca desta temática.

Buscamos ainda, através deste trabalho, ampliar a discussão acerca do trabalho infantil, baseando-nos neste caráter lúdico subversivo que a brincadeira assume nestes espaços. O mesmo, apesar de ser comprovadamente em parte furtado nestes tempos de trabalho, demonstrou a força desta esfera em dar “voz” a estas crianças através de uma linguagem única, linguagem que dá novas cores à realidades ásperas, linguagem enigmática, linguagem lúdica, que permeia e embalam os sonhos destas crianças, sonhos oníricos, sonho inocentes, sonhos próximos e longínquos, sonhos que se aproximam e se distanciam da realidade, sonhos infantis, mas principalmente sonhos inacabados.

## 5. Referências Bibliográficas:

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 118-130).

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas – SP: Unicamp, 1995.

ARIÈS, Plilippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão Neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 7-59.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CANEVACCI, Máximo. **Dialética da Família**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 210-222.

CARICARI, Ana Maria; CAMARGO, Maria Theresa V. Escobar. **O Compromisso da Saúde no Campo do Trabalho Infante-Juvenil: uma**

**proposta de atuação.** São Paulo: Edusp, 1999.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** São Paulo: Cortez, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Conformismo e Resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

DAOLIO, Jocimar. **Educação Física e o Conceito de Cultura.** Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

DE MARCO, Ademir (org.). **Educação Física: Cultura e Sociedade.** Campinas-SP: Papirus, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 20ª ed. São Paulo: Graal, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

KURZ, Robert. **Lazer numa Sociedade Globalizada.** São Paulo: SESC, 2000. (p. 39 a 50).

LEBRUN, Gerard. **O que é Poder.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARCELLINO, Néelson Carvalho. **Lazer e Humanização.** 2ª ed. Campinas-SP, 1995.

MARCONDES, Maria Lúcia; VASCONCELOS, Carvalho (orgs). **Educação e História da Cultura: Fronteiras**. São Paulo: Mackenzie ed., 2002.

MARCONI, M. de Andrade e PRESOTTO, Z. Maria N. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1985.

MARX, K; ENGELS, F. **Trabalho Alienado**. In FERNANDES, Florestan. (org.). São Paulo: Ática, 1978.

MELO, Victor Andrade; JÚNIOR, Edmundo. **Introdução ao Lazer**. Barueri-SP: Manole, 2003.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SILVA, Maurício Roberto. **A Exploração do Trabalho Infantil e suas Relações com o Tempo de Lazer/Lúdico**: Quando se Descansa se Carrega Pedra! *in* Licere. Belo Horizonte, v.4, n.1, 2001.

SOUZA, Eustáquia S.; VAGO, Tarcísio Mauro (orgs.). **Trilhas e Partilhas: Educação Física na Cultura Escolar e nas Práticas Sociais**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

SOUZA, Neuza Ribeiro. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e suas Influências na Vida das Crianças e Adolescentes do Município de Boquim-SE**. Viçosa: Ed. UFV, 2002. (Dissertação de Mestrado).

TAVARES, Maria Augusta. **Os Fios (in)visíveis da Produção Capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto N. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZ, Alexandre. (org.). **Educação do Corpo e Formação de Professores: reflexões sobre a prática do ensino da Educação Física**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

VIEIRA, José Jairo. **A Atividade Esportiva na Infância e as Representações Sociais**. Dissertação apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 1995. (Dissertação de Mestrado).

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967, p. 131-152.

WERNECK, Christiane. **Lazer, Trabalho e Educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ZILBERMAN, R. **A Produção Cultural para a Criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.